



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social

Sub-eixo: Ética e ética profissional: fundamentos ontológicos e objetivações cotidianas

TENDÊNCIAS CONSERVADORAS DA CONCEPÇÃO ÉTICO-POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL: Contrassensos que dificultam a incorporação do projeto ético- político profissional

JODEYLSO ISLONY DE LIMA SOBRINHO ¹

RESUMO

Esse artigo é um construto teórico-político, reflexo de nossos resultados da pesquisa de doutoramento, na qual optamos pelo materialismo-histórico dialético como método de pesquisa e priorizamos como estratégia de investigação a análise e interpretação de dados bibliográficos relacionados à temática central da referida pesquisa, a partir da delimitação de 35 artigos publicados nos anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) do ano de 2019. Temos aqui, então, o objetivo de trazer a discussão, de forma crítica, acerca do avanço das tendências conservadoras da concepção ético-política presente na profissão como contrassenso que dificulta a incorporação do atual projeto ético-político.

Palavras-Chave: Conservadorismo; Serviço Social; Dimensão Ético-Política; Autonomia Relativa; Projeto Ético-Político.

ABSTRACT

This article is a theoretical-political construct, a reflection of our doctoral research results, in which we opted for dialectical historical materialism as a research method and

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná, Campus De Francisco Beltrão

prioritized as a research strategy the analysis and interpretation of bibliographic data related to the central theme of that research, from the delimitation of 35 articles published in the annals of the XVI Brazilian Congress of Social Workers (CBAS) of the year 2019. We have here, then, the objective of bringing the discussion, in a critical way, about the advance of the conservative tendencies of the conception ethical-political present in the profession as a contradiction that hinders the incorporation of the current ethical-political project.

Keywords: Conservatism; Social Service; Ethical-Political Dimension; Relative Autonomy; Ethical-Political Project.

1. INTRODUÇÃO

Sabemos que a história da profissão de Serviço Social é marcada por fundamentos de várias ordens: doutrinários, teórico-positivistas, e sabemos também que as marcas do conservadorismo a persegue, enquanto categoria ontológica das demandas profissionais e dos espaços institucionais capitalistas, sendo que esse conservadorismo também penetra o modo capitalista de pensar, especialmente a vida das classes e grupos subalternos que incorporam muitas vezes em seus valores posições como deles, mas que na verdade são contra eles.

Desse modo, pensar o caráter histórico, político e contraditório das profissões (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014) é entender que o Serviço Social resulta de relações históricas, sociais, políticas, econômicas, culturais e éticas que precisamos desvendá-las, porque essas relações moldam a sua necessidade social, as suas características, definem as demandas, e nos leva a partir de uma posição, reconhecer que o projeto ético-político de uma profissão é uma construção histórica, contextualizada, situada em um processo mais amplo, que são os projetos societários (NETTO, 2006), sendo então, resultado de múltiplas determinações historicamente processadas pela categoria, diante dos contornos societários, tendo em vista que:

[...] as intervenções profissionais da categoria estão vinculadas aos interesses opostos das relações sociais vigentes em diferentes contextos históricos, pois se assumiram posições majoritárias ora conservadoras, ora sob novas direções que buscavam romper com o conservadorismo (ALBUQUERQUE ET AL, 2019, p. 02).

É necessário então ultrapassar a análise da concepção ético-política da profissão em si mesma, e situá-la no âmbito da unidade com as outras dimensões que compõem a profissão: teórico-metodológica e técnico-operativa, com contextos mais amplos de relações que atribuem a ela características particulares, sendo fundamental identificar dentro de uma trama maior, o significado social da profissão; suas demandas; tarefas e atribuições.

Dessa forma, nesse artigo trazemos reflexões de parte da tese de doutoramento em Serviço Social, que teve como objetivo central apreender o movimento das determinações que envolvem o avanço atual do conservadorismo e da “captura” da subjetividade profissional no âmbito do Serviço Social contemporâneo em detrimento do trabalho profissional de acordo com a cultura crítica da profissão. A pesquisa, no todo, se deu a partir da análise do material selecionado, no âmbito bibliográfico delimitamos as seguintes categorias analíticas: ***precarização do trabalho; trabalho profissional; projeto ético-político e crise do capital***. De forma complementar, utilizamos fragmentos das entrevistas realizadas no âmbito da minha pesquisa de mestrado, tendo em vista que certas questões careciam de aprofundamento.

Assim sendo, chegamos à conclusão de que toda vez que o conservadorismo avança na sociedade brasileira, ele aprofunda fissuras na cultura crítica do Serviço Social, impactando diretamente na legitimidade, interpretação, incorporação e materialidade do projeto ético-político, e aqui, abordamos um desses pontos que é a *reprodução de tendências conservadoras da concepção ético-política no âmbito da profissão*.

Didaticamente, subdividimos esse trabalho da seguinte forma: abordamos primeiramente alguns pontos introdutórios à temática, bem como sobre a pesquisa realizada no âmbito do doutorado; em seguida apresentamos as duas tendências conservadoras da concepção ético-política no âmbito da profissão, as quais se evidenciaram na pesquisa; logo após, fazemos algumas reflexões acerca do lugar da relativa autonomia profissional no contraponto entre o avanço do

conservadorismo e a apropriação do projeto ético-político da profissão; e, por fim, as nossas considerações finais.

2. TENDÊNCIA *LEGALISTA-FORMAL* DA CONCEPÇÃO ÉTICO-POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL

O que vem sendo arrolado no campo teórico, hoje hegemônico, de discussão da ética profissional na categoria, é a compreensão, segundo Barroco (2010a), de que a ética profissional é constituída por uma relação entre a moral dos indivíduos profissionais e certas mediações sócio-históricas, dentre elas, as mediações políticas.

Essa realidade se torna inteligivelmente compreensível, quando nos damos conta de que, segundo Barroco (2010b), projetar as ações humano-profissionais, orientando-as para a objetivação de valores e finalidades, é parte da *práxis*. Daí afirmar que essa projeção é ética e política significa considerar que a teleologia implica valores e que sua objetivação supõe a política como espaço de luta entre projetos/interesses diferentes, já que as tendências dominantes de cada época coexistem com possibilidades de negação, com maior ou menor intensidade, dependendo do contexto, das forças sociais e dos projetos humanos.

O que está em jogo nessa configuração profissional, nada mais é do que os caminhos que o atual projeto ético-político trilhará nos anos subsequentes, exatamente porque na cena contemporânea, em que há um contingente de projetos societários em disputa, o que se observa é o avanço do *ethos* conservador no conjunto das relações sociais, expresso pela intolerância em todas as dimensões do ser social, pela apologia a um conjunto de valores e princípios antidemocráticos, sustentando a tese de reatualização desse conservantismo, em sua versão mais bárbara.

Essa perspectiva, ainda encontra um terreno fértil no campo teórico-prático dos direitos, visto haver uma hipervalorização desses, no sentido neoliberal e isolado dos interesses de classes, sobretudo, quando subsumido ao lastro das

políticas sociais, a qual reflete a defesa/expressão da própria moral capitalista, reduzindo e/ou alinhando os princípios do Código de Ética Profissional (CEP) à estrutura capitalista dos direitos e das políticas sociais, o que coloca em pauta um estatuto legalista à ética profissional.

Assim, para a densidade analítica do real nessa pesquisa de doutorado, apresentamos extratos das falas coletadas nas entrevistas, as quais trazem à tona as questões pontuadas anteriormente, quanto à relação entre os valores do projeto ético-político, sua base legal, e o campo dos direitos dos usuários e das assistentes sociais, a partir da tendência que denominamos de **legalista-formal** da concepção ético-política por parte da categoria profissional, como é possível verificar:

É a necessidade dos direitos. São moradores de rua e chegam lá atrás dos seus direitos (E4, 22a, formanda).

O projeto Ético Político [...] traz tudo aquilo de direitos humanos, e não sei o quê e tal... (E1, 22a, formanda).

Defender os direitos das meninas em si, já que os direitos delas estão violados... (E2, 20a, formanda).

Trabalhamos na garantia dos direitos e com o dever da cidadania. Então o Serviço Social lá, ele trabalha com essas ações e elas são de suma importância para o indivíduo no seu processo de reintegração social (E5, 26a, formanda).

Cabe ressaltar que nos espaços sócio-ocupacionais as assistentes sociais participam das respostas invariavelmente imparciais e insuficientes do Estado e das classes dominantes às necessidades de extensas parcelas da classe trabalhadora em seu processo de reprodução social, por meio da viabilização de serviços sociais, concebidos como direitos.

A intencionalidade ético-política crítica e transformadora do projeto profissional, certamente são tensionadas pelas demandas institucionais do trabalho assalariado, que hoje tendem a restringir recursos e o acesso aos direitos, enquanto que o projeto profissional afirma o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, com a defesa dos direitos humanos e sociais, dentre muitas outras orientações ético-profissionais.

Contudo, as respostas mencionadas, quando analisadas em relação as que

virão a seguir, nos mostra o quanto esse campo teórico-prático é permeado por contradições e, mesmo com toda a literatura produzida no âmbito profissional, ainda tende a causar certos estranhamentos e/ou mesmo incompreensões acerca de seus fundamentos reais.

Observa-se, então, que atualmente tende-se no campo profissional certa apologia aos direitos, constituindo-se em verdadeiros *jargões profissionais*, donde parte da categoria já introduziu em seu discurso a defesa dos direitos pelos direitos, como que se a falta desses fosse à razão da desigualdade. Às vezes, não se sabe sequer se tais direitos se alinham ao projeto ético-político, quando não os atribuem o lugar da ajuda e da benevolência, situações que não permitem uma análise das limitações desses direitos, nem tampouco das determinações sociais impostas pela lógica do capital a tais.

É preciso ter lucidez de qual perspectiva de direito estamos falando, pois os direitos são obras da própria sociabilidade do capital e são também constituintes e constitutivos da outra face da desigualdade social. Assim, é imperativa a luta pelo direito, entendendo suas particularidades, sem reduzi-lo à concepção liberal, que o isola da tensão da luta de classes (como se fosse possível), restringindo-o ao formato jurídico formal, já que o direito é da ordem da sociedade de classes.

O que merece ser ressaltado é que a sociedade do capital supõe uma contradição inevitável na sua continuidade: o discurso da igualdade e realização da desigualdade. De um lado a afirmação da liberdade individual e da igualdade de direitos e deveres de todos os cidadãos, como condição de funcionamento pleno da economia de mercado. [...] Em polo oposto, tem-se a desigualdade inerente à organização da sociedade como unidade de classes sociais distintas e antagônicas assentada em uma relação de poder e exploração (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 97-98).

Contudo, ao mesmo tempo em que reconhecemos os limites, é preciso entender a luta por direitos como tática nesse momento histórico e como meio limitado, mas necessário, para assegurar o que vem sendo usurpado da classe trabalhadora. O que leva a profissional a necessidade de apreender as determinantes que compõem essa realidade, e, diante, disso reafirmar a defesa desses, mas compreendendo seus limites e possibilidades, caso contrário, reforçaremos um *ethos* que nega a liberdade dos indivíduos, e ao mesmo tempo em

que se defende os direitos em suas bases legal-formais, ou seja, neles por eles mesmos. Nesse sentido, concordamos com Behring e Santos (2009, p. 280) quando afirmam que:

[...] as lutas por direito nutrem de possibilidades o processo de socialização da política, ao tempo em que explicam seu limite, quando se constitui um tipo de universalidade abstrata no reconhecimento de sujeitos de direitos universais, uma forma particular de a burguesia reivindicar para si o domínio ideológico da sociedade. Nesse sentido, o destino das lutas por direito está determinado na dinâmica da luta de classes, num complexo jogo que envolve disputas ideológicas quanto à concepção de sociedade e projeto societária que se deseja afirmar. Esse processo não pode prescindir da organização política das classes trabalhadoras nem a estas se limitar, pois, depende de um conjunto de condições objetivas que interferem na história.

Essa complexidade no âmbito da defesa de direitos coloca um grande “nó” às determinações objetivas das profissionais de Serviço Social, que, muitas vezes, como apontam as falas, reduzem o seu exercício a mera execução de políticas sociais, demarcando o campo dos direitos isolados em si, como fim último de sua intervenção socioprofissional.

É estratégica a luta por direitos, quando não os tomamos como fim último do trabalho profissional e das lutas sociais, mas sim como meio de viabilização da radicalização da democracia e da cidadania, acentuados no projeto ético-político, ainda mais quando estamos diante de um processo contínuo de regressão de direitos e ataque às condições mínimas de vida e trabalho.

Nesse sentido, identificamos nos artigos selecionados para a pesquisa, as seguintes afirmações acerca da relação entre os direitos sociais e a concepção ético-política hegemônica na profissão, que tendem convergir na direção do projeto ético-político profissional, compreendendo seus limites e possibilidades diante da fratura social que vivemos:

Enfatiza-se aqui a importância do Código de Ética profissional como suporte teórico-prático que dá alicerce à ética dos profissionais assistentes sociais. Este é ainda um elemento que proporciona a **materialização dos direitos dos menos favorecidos socialmente** (ALBUQUERQUE ET AL, 2019, p. 06).

Ao profissional, portanto, não é possível ter uma postura de neutralidade na realização do planejamento, nas escolhas tomadas e nas ações realizadas; as mesmas devem ser baseadas em uma perspectiva de priorização da defesa dos interesses coletivos e na **garantia de direitos e não na priorização de interesses individuais de uma minoria dominante**. Assim, um profissional que busque a

neutralidade está fadado a reproduzir a realidade hegemônica (PAZ ET AL, 2019, p. 05-06).

As ações a serem desenvolvidas pelos assistentes sociais devem transpor o caráter emergencial e burocrático, como também ter uma direção socioeducativa, através da reflexão com relação às condições sócio-históricas a que são submetidos os usuários e **mobilização para a participação nas lutas em defesa da garantia dos direitos** (PAZ ET AL, 2019, p.09).

As assistentes sociais se movem institucionalmente em espaços contraditórios, nos quais as relações que se estabelecem entre o Estado, as políticas e a população não podem ser autonomizadas, mas sim apreendidas como relações que estão sempre em disputas. E nessas disputas, há sempre um conjunto de determinações, em que as condições objetivas e subjetivas das profissionais podem operar a favor ou contra os interesses do capital.

É importante ter em mente que nesses espaços há questões que se movem no âmbito da dimensão técnica, mas pensar essas disputas pelos direitos, pela ampliação de acesso às políticas sociais não pode se reduzir às questões técnicas/legais e operativas, como evidencia a tendência legalista-formal da concepção ético-política profissional, mas sim como uma questão política, um lugar de contradições, e um âmbito a partir do qual seja possível modificar lugares de poder demarcados tradicionalmente, e, assim, construir outros e novos espaços que caminhem ao encontro dos interesses das classes subalternas.

3. TENDÊNCIA IDEALISTA-ROMÂNTICA DA CONCEPÇÃO ÉTICO-POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL

Outra tendência que se evidencia acerca da concepção ético-política da profissão é a visão **idealista-romântica** do projeto ético-político, que em última instância tem muito a dizer sobre a concepção em si da dimensão ético-política, alinhando-a aos valores da ajuda – vocacionado pelos valores humanos-cristão-anticapitalistas, potencializando práticas profissionais espontaneístas e subjetivistas, que sob essas concepções, os verdadeiros “postulados éticos e políticos sob os quais se constroem a profissão vão se afastando de sua efetividade na realidade do

cotidiano profissional” (MENDES; MOLJO, 2019, p. 10).

Assim, o Projeto Ético-Político é muito bom, é perfeito [...], muitas coisas que eu não consegui aprender tudo ainda. Esse Projeto é de suma importância, mas não é todos os profissionais que seguem. A nossa responsabilidade é fazer o encaminhamento, é ver qual é a necessidade dele e fazer o devido encaminhamento (E1, 22a, formanda).

Assim, eu vejo que o Projeto Ético-Político é bastante importante porque ele trabalha com o respeito ao próximo (E5, 26a, formanda).

Nas falas, percebe-se certa idealização do projeto ético-político (“perfeito”) e, ao mesmo tempo, respostas vagas (“de suma importância”; “bastante importante”), mas elas não conseguem expressar em que consiste tal projeto, como se objetiva ou quais valores defende, situação que de certa forma aparece no trecho abaixo, expressando algumas contradições na própria análise ali exposta, retirado de um dos artigos analisados na pesquisa:

Todas as ações profissionais realizadas por assistentes sociais são pautadas no projeto ético-político da categoria em consonância com o Código de Ética e respaldadas pelas atribuições e competências profissionais apresentadas na Lei de Regulamentação Profissional nº 8.662, de 07 de junho de 1993. No entanto, com o cenário atual imposto pelo regime vigente, são colocadas dificuldades significativas para a materialização do PEP (ALBUQUERQUE ET AL, 2019, p. 08).

Ao considerar que todas as ações profissionais realizadas por assistentes sociais se pautam no projeto ético-político, sem apreender o movimento da contradição presente nos espaços sócio-ocupacionais, se reforça a tendência idealista-romântica desse projeto, já que se despreza o próprio movimento contraditório da realidade, tornando-o, muitas vezes, um manual do *dever ser profissional*. Ainda é preciso considerar, que nem todas as profissionais se alinham ao projeto ético-político, e até mesmo aquelas que têm um alinhamento, em certos momentos, diante sua autonomia relativa frente às questões objetivas da institucionalidade, tende a não conseguir dar materialidade aos elementos ali contidos, situação que não pode desconsiderar todo seu esforço e engajamento teórico-político ao projeto.

Além das falas anteriormente citadas, algumas das entrevistadas não souberam apontar quais as suas concepções acerca do projeto profissional, o que

tende também a reforçar uma versão conservadora humanista-cristã-capitalista ou legalista-formal da concepção ético-política, manifestada nas seguintes falas:

Eu vou ser bem sincera para ti. Código de Ética, Projeto Ético-Político, por mais que eu esteja quase me formando, eu ainda não estou muito dentro dele ainda. Ah! Eu acho que é a forma que o assistente social ele tem que trabalhar. Como eu te disse, tem que saber dividir o lado humano do profissional (E2, 20a, formanda).

A ética no Serviço Social é muito boa porque a profissional de lá ensino tudo que é necessário [...] Na verdade, do Projeto Ético-Político eu li pouca coisa, assim, não muito afundo, eu não vou te responder não, não estou sabendo não, porque assim, não adianta eu dizer uma coisa que não tem nenhum nexó (E3, 34a, formanda).

Não sei responder [...] Por experiência, tem a ética. Como eu disse, os usuários confiam mais na gente, a gente tem toda aquela conversa e ali fica, só entre a gente e a psicólogo, no caso em que ela precisa estar (E4, 22a, formanda).

Eita, essa pergunta aí eu não vou saber responder não, do Projeto Ético-Político. Não lembro muita coisa não. Eu confesso que isso é uma falha minha, eu deveria ter, e profundado mais nessa questão do Projeto Ético-Político, porque eu não vou falar besteira, então melhor eu não responder mesmo nada (E6, 21a, formanda).

Há de se considerar que não há um perfil profissional puro/linear, sem contradições no âmbito do Serviço Social, entretanto, quando essas contradições se radicalizam o que se pode apreender é a reatualização de velhas tendências ético-políticas, as quais não se mostram mais isoladas/separadas. Pelo contrário, essas tendências têm se mostrado a partir de uma verdadeira confluência, donde se reatualiza o conservantismo numa perspectiva de modernizar práticas as quais atendam aos interesses institucionais e sociais postos pelo *ethos* dominante.

Ainda é possível identificar nas entrevistas realizadas uma forte tendência dessa visão que se mescla com o espectro do messianismo da profissão, responsabilizando a profissão e as profissionais, por um conjunto de ações que não cabem a nenhuma profissão isoladamente:

Não, pelo que eu vejo lá, quando tem uma coisa que é impossível, a gente (Serviço Social) dá um jeito [...] Em relação também a documentos, tudo essas coisas, a gente dá um jeito [...] O Serviço Social é... eu, pra mim, lá no Centro POP é uma mãe, as pessoas confiam mais na gente para conversar (E4, 22a, formanda).

Diante dessas falas, podemos afirmar que essa tendência de parte das profissionais se consubstancia na inter-relação entre conferir um conjunto de responsabilidades à profissão, que não cabe a ela mesma resolver – ao menos na

sua dimensão singular – e, diante disso, dar respostas a essas demandas, a partir de uma vocação que coloca a ajuda no centro dessa realidade.

Porquanto, tais falas reforçam uma lógica de recolocar no Serviço Social a perspectiva de que a escolha por essa profissão tem se dado por uma vocação, que se fez o curso de Serviço Social simplesmente porque se gosta de ajudar as pessoas. Há, ainda, falas que dizem que a pessoa já era quase uma assistente social, por isso acabou fazendo o curso para legitimar uma prática que já fazia na sua comunidade, igreja, ONG, instituição que trabalhava, dentre outras. Tal discussão já apresentada em outros momentos por Guerra (2014, p. 47) mostra o quanto essa vertente está presente nos contextos da formação e do exercício profissional, quando o Serviço Social, por vezes:

[...] é identificada com vocação, prática de ajuda e/ou militância, pautada em valores anti-capitalistas românticos e humanista-cristão. Assim, dos espaços sócio-ocupacionais recebe o imperativo: 'Faça ou não será considerada compromissada'. Apoiada num eticismo, que supõe que as condições objetivas da realidade possam ser subsumidas ao 'compromisso' e à boa vontade da profissional, desencadeiam-se posturas voluntaristas e messiânicas que historicamente nos têm levado à incorporação gradativa de funções genéricas, demandas inespecíficas, meras atividades que não cabem a nenhuma profissão, sob o argumento conformista do 'afinal, não custa nada' (GUERRA, 2014, p. 47).

Passado mais de 40 anos da ruptura com o Serviço Social conservador, o espectro da ajuda ainda ronda as atuais intervenções profissionais, a qual não se reduz a um número insignificante, pelo contrário, essa proposta interventiva aparece significativamente no trabalho das profissionais, e, quando essa ajuda se configura nos valores humano-cristãos e num anticapitalismo romântico, a perspectiva que se tem é a de reatualização do conservadorismo, a qual tem seus fundamentos sustentados nos valores cristãos, como apontam as falas das seguintes entrevistadas:

Assim, os elementos que eu utilizo, que eu tenho na minha bagagem profissional é sempre ter um atendimento humanizado [...] o atendimento é individual, respeitar o próximo como se fosse eu (E5, 26a, ESTAGIÁRIA).

De você estar ali pronta para ajudar alguém, para orientar alguém, para acompanhar no caso das orientações, para beneficiar alguém em todos os aspectos que podemos (E3, 34a, ESTAGIÁRIA).

O estágio é fundamental, realmente é onde a gente aprende. Onde a gente está ali com a mão na massa, que a gente vê a realidade, que a gente tem que ajudar e

procurar os meios para ajudar a pessoa (E4, 22a, ESTAGIÁRIA).

Diante disso, afirmamos que a reatualização do conservantismo – em sua tendência messiânica – leva a um conjunto de contornos no modo de pensar e agir das profissionais, recaindo na (re)configuração da cultura profissional, redimensionando-a a uma vertente que desqualifica a própria profissão, pois nessa lógica “[...] qualquer um pode fazer o trabalho da assistente social; vou fazendo tudo o que estiver ao meu alcance para poder ajudar o usuário; o Serviço Social é uma verdadeira mãe para os usuários dos serviços” (E4, 22a, ESTAGIÁRIA).

Tal realidade leva à adesão de intervenções profissionais com contornos imediatos e superficiais às demandas que aparecem, reduzindo-as às suas manifestações aparentes, sem levar em consideração a totalidade das determinações que as compõem.

[...] seu pensamento tende a aderir aos contornos imediatos da situação com que se defronta, valorizando os detalhes, os dados qualitativos, os casos particulares, em detrimento da apreensão da estrutura da sociedade. A mentalidade conservadora não possui predisposição para teorizar. Sendo a organização da sociedade vista como fruto de uma ordenação natural do mundo, o conhecimento visa a um controle prático das situações presentes (IAMAMOTO, 2013, p. 27-28).

Essas tendências tem como expressão concreta a “transformação dos princípios ético-políticos vigentes em abstrações vazias de sentido” (ORTIZ, 2007, p. 26), pois retoma velhas práticas de moralização da questão social e de deslegitimação dos espaços coletivos, internos e externos ao Serviço Social, com contornos próprios do conservadorismo dessa quadra histórica.

4. A RELATIVA AUTONOMIA PROFISSIONAL: ENTRE O CONSERVADORISMO E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Os processos de trabalho onde as assistentes sociais se inserem, comportam, portanto, duas dimensões: de um lado eles expressam os determinantes socioeconômicos e de outro eles expressam os projetos profissionais que elas aderem e executam. Trata-se de uma totalidade em movimento, em

reelaboração, na qual o mesmo movimento cria as condições para a reprodução da sociedade de classes, cria e recria os conflitos necessários que atravessam essa relação. E, nesse campo, situa-se a relativa autonomia profissional, que de um lado essa relativa autonomia nos impulsiona a interferir nessa realidade, por outro, ela não consegue muitas vezes confrontar essa condição de assalariamento, e das terminações sociais vividas no mundo do trabalho.

Mesmo apreendendo as condições objetivas e subjetivas que compõem a realidade da profissional, não podemos destituí-la de sua responsabilidade perante o que está posto, diante das suas ações ético-políticas, pois assim, estaríamos reiterando a própria lógica de fragmentação da vida social, e, por outro lado, desresponsabilizando-a totalmente de seus direcionamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos. Como entendemos que as respostas profissionais são sempre uma escolha valorativa, e que traz um si um conjunto de *pores teleológicos* – como resultado da relação entre *causalidade e teleologia* – o que coloca ao Serviço Social um conjunto de determinações *a priori e posteriori* aos processos interventivos, como bem aponta Iamamoto (2014, p. 416-417):

[...] esse dilema é subjetivamente apreendido pelos profissionais de campo, ao nível da percepção cotidiana, de forma dualista, expressa no recorrente reclamo do “distanciamento entre projeções e realidade, entre teoria e prática”. Mas essa “denúncia” aponta duas questões de maior relevância: (a) a existência de um campo de mediações que necessita ser considerado para realizar o trânsito da análise da profissão ao seu exercício efetivo na diversidade dos espaços ocupacionais em que ele se inscreve; (b) a exigência de ruptura de análises unilaterais, que enfatizam um dos pólos daquela tensão transversal do trabalho do assistente social, destituindo as relações sociais de suas contradições.

O que se manifesta é a reatualização do conservantismo, numa vertente de se adequar aos tempos presentes, que supõe uma profissional desqualificada para lidar com políticas públicas desqualificadas, e, com um conjunto de usuários considerados a escória da sociedade contemporânea. Todos esses elementos se reforçam, quando as profissionais, na verdade, desconhecem o que é esse projeto e, tão pouco, alinham sua prática aos seus princípios e valores.

Todas essas expressões – messianismo, fatalismo, pragmatismo, idealização dos direitos, entre outros – reforçam a lógica de um *ethos* profissional conservador que mescla diversas expressões de uma única direção, a qual temos denominado

de *ethos* idealista-formal (LIMA SOBRINHO, 2020).

Então, é na agudização das contradições em curso, que esse *ethos* tem encontrado acento para sua radicalização, implicando em uma tendência de conduzir o exercício profissional, a partir de uma certa racionalidade que balanceia o direcionamento ético-político hegemônico, construído pela profissão nos últimos anos, visto que tal racionalidade, em sua base mais concreta alinha-se ao retorno de tendências reacionárias, consubstanciando-se em duas direções, que Guerra (2011) vai denominar, a depender de como se configuram, de racionalismo abstrato-formal ou irracionalismo.

Essa realidade apresenta-se como um nó de complexidades e tensões que se colocam ao Serviço Social, haja vista ser no caldo do conservadorismo histórico da sociedade brasileira que a profissão assenta sua gênese, legitimação e profissionalização, e, nos dias de hoje, é reacendido por um conjunto de estudantes/profissionais nos mais variados espaços de inserção socioprofissional.

Diante do exposto até aqui, nos parece impossível não chegar à constatação de que esses tempos de decadência ideológica e regressiva recaem decisivamente na cultura crítica profissional de forma também regressiva, com forte ofensiva contra o projeto ético-político do Serviço Social, com tendências explicitamente avessas àquelas construídas no campo da tradição teórica marxista.

Nesses tempos adversos, as assistentes sociais estão desafiadas a recriar o trabalho profissional, considerando sua contribuição na reprodução material e social dos sujeitos, expresso na prestação de serviços sociais de qualidade, a partir das políticas públicas, na sua dimensão educativa, que incide na cultura das classes subalternas, nas suas maneiras de ver, viver e sentir a vida, fortalecendo a dimensão coletiva das lutas sociais. Portanto,

Mostra-se indispensável desvelar os fenômenos da vida cotidiana, conhecer a realidade, a profissão e o espaço institucional em que cada profissional se encontra e, a nosso ver, o Projeto Ético-Político nos ajuda nessa ascensão, ao promover a mediação crítica dos agentes profissionais em suas singularidades a uma compreensão mais universal da vida social. Este projeto busca superar a aparente dicotomia entre teoria e prática através da conexão entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do exercício profissional, favorecendo uma atuação conscientemente crítica e a favor da defesa e ampliação dos direitos da classe trabalhadora, conforme previsto no Código de Ética Profissional (MENDES; MOLJO, 2019, p.11).

Por isso, reafirmamos a necessidade premente de condução de um processo ético-político contra-hegemônico, não apenas como técnico-profissional, mas, também, como uma questão política, enquanto espaço de contradições e resistência, constituindo-se, portanto, em mediações técnico-políticas, as quais são (re)definidas no solo concreto da história dos indivíduos. E, nós temos uma legitimidade política, com respaldo institucional, que está presente no nosso Código de Ética e nos marcos legais que regulamentam o exercício profissional e seu processo formativo.

Tal questão, quando apreendida no campo teórico-político da cultura crítica profissional, possibilita as profissionais reafirmar os fundamentos da profissão como referência, como matriz analítica, histórica e explicativa da realidade e da profissão, e que permeia a interlocução entre o Serviço Social, a sociedade e a realidade na qual ele se insere, sendo que é no âmbito dos fundamentos que a profissão foi incorporando as matrizes fundamentais do conhecimento sobre o ser social na sociedade burguesa, tanto que esses fundamentos são bastante amplos e são constituídos por múltiplas determinações: históricas, teórico-metodológicas, políticas, éticas, operativas.

Ainda podemos observar no material coletado para esse trabalho, que as contradições estão perenes na nossa vida cotidiana, desencadeando uma crise da vida pessoal, de sociabilidade e de autorreferência (ALVES, 2011), logo,

[...] é neste cenário pleno de contradições e de disputa entre as classes sociais que atuaremos, o que requer, em última instância, uma escolha por um projeto societário que vislumbre a ruptura ou não com a ordem social vigente. Isso se materializa nos atendimentos que fazemos, na triagem que realizamos, nas salas de espera que atuamos, ou seja, das ações mais elementares às mais elaboradas está presente a direção social determinada por uma valoração ética que dá vida às nossas escolhas (QUEIROZ; CASTILHO, 2019, p. 11).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessas tendências conservadoras da dimensão ético-política da profissão não há uma valorização da teoria na sua unidade com a prática, mas sim um mero

pragmatismo, deslocando a prática de qualquer articulação com os fundamentos teóricos que requer o trabalho profissional; a prática profissional é reduzida a ajuda ao próximo; a resposta das demandas profissionais são marcadas pela benevolência, pela caridade, pelo amor ao próximo, muitas vezes, sob o viés religioso, vocacional; há uma redução da prática profissional à dimensão subjetiva das profissionais, destituindo-a de toda sua relação teórico-prática; a idealização da ética profissional como algo subjetivista e moralizante; a reatualização conservadora de moralizar as expressões da questão social, tal como, alçar a profissão o *status* de salvadora de todos os problemas e demandas sociais ou como uma questão de ajuda e humanidade; dentre várias outras expressões que são próprias dessas tendências aqui apontadas.

Ao cabo de tudo isso, fica evidente que, mais do que nunca, estão em disputa dois projetos antagônicos no seio da profissão: um de (re)atualização do conservadorismo, em suas diversas matizes; e o projeto ético-político, constituinte e constituído no bojo da cultura crítica profissional, o qual tem uma direção que deve orientar o trabalho profissional, se objetivando nas ações cotidianas, nos processos de luta de defesa e ampliação dos direitos sociais, pois por mais que ele goze de uma hegemonia profissional, diante das diversas dimensões que estão postas nessa realidade, jamais será exclusivo na categoria profissional.

Radicalizar a concepção ético-política hegemônica da profissão na prática profissional é inseri-la na realidade, e não se trata de uma abstração, pelo contrário, se explica e se coloca na abordagem do real, numa realidade contraditória, que envolve demandas da população, demandas de um tempo com particularidades que precisa ser desvendada e decifrada, um tempo presente que requer a (re)apropriação das múltiplas determinações pelas quais essas demandas chegam até as profissionais.

É fundamental, portanto, compreender a presença ontológica e a revigorada do conservadorismo no Serviço Social para que se possa identificá-lo. Isso significa abandonar a ilusão de uma invencível hegemonia do atual projeto ético-político, apreensão necessária para a munição de elementos na luta por essa hegemonia, se consubstanciando mais em construções concretas, do que em abstrações idealistas.

Por outro lado, o que não pode acontecer é descolar as questões da profissão das lutas gerais dos/as trabalhadores/as por direitos sociais e por uma sociedade emancipada, já que essa foi à chave principal que fez com que a categoria afirmasse sua posição no Congresso da Virada, e é disso que o Serviço Social precisa para manter esse projeto forte e com vigor, apesar do solo histórico que a sociedade brasileira pisa, o que imputa um conjunto de desafios pela frente.

Tal luta não é fácil, pois ela supõe o estudo, a pesquisa, o debate, um direcionamento ético-político, técnicas e instrumentos, além da própria organização coletiva. Assim sendo, não há melhor caminho para qualificar o trabalho profissional, que não seja o de destrinchar a realidade, que é estudar sobre as manifestações da questão social, sobre essa conjuntura tão adversa, e sob os valores e princípios do projeto ético-político construir as possibilidades de realização da prática profissional.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Denise de Jesus; OLIVEIRA, Lya Raquel; VAZ, Welline da Costa Silva. O projeto ético-político social brasileiro: no bojo da implantação do projeto neoliberal. In: CBAS, Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, de 30 de outubro a 3 de novembro de 2019, em Brasília (DF). – Brasília (DF): ABEPSS; CFESS; ENESSO; CRESS - DF, 2019. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/375>> . Acesso em 25 de nov. de 2021.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010a. – (Biblioteca básica de serviço social; v.4).

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010b.

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. Questão social e direitos. In: **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais, - Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Yolanda. Transformações societárias e Serviço Social: repercussões na cultura profissional In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela (Org.). **Serviço Social brasileiro nos anos 2000: Cenários, pelepas e desafios**. Recife: Editora UFPE, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LIMA SOBRINHO, Jodeylson Islony. **O Ethos profissional dos/as Assistentes Sociais: Entre rupturas, continuidades e tensões contemporâneas**. Curitiba: CRV, 2020.

MENDES, Daniela Leonel de Paula; MOLJO, Carina Berta. O projeto ético-político e sua relação com os fundamentos do Serviço Social e o exercício profissional do assistente social na contemporaneidade. In: CBAS, Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, de 30 de outubro a 3 de novembro de 2019, em Brasília (DF). – Brasília (DF): Abepss; CFESS; ENESSO; CRESS - DF, 2019. Disponível em: <<https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1160>> . Acesso em 25 de nov. de 2021.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al (Orgs.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

ORTIZ, Fátima Grave. Desafios contemporâneos para o Serviço Social: algumas considerações In: **Revista Libertas**, Juiz de Fora: EdUFJF, v. 2, n.1, 2007.

PAZ, Danielle Cardozo et al. Planejar é preciso... O planejamento e o projeto ético-político profissional do assistente social. In: CBAS, Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, de 30 de outubro a 3 de novembro de 2019, em Brasília (DF). – Brasília (DF): ABEPSS; CFESS; ENESSO; CRESS - DF, 2019. Disponível em: <<https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1568>> . Acesso em 25 de nov. de 2021.

QUEIROZ, Josiane Mendes de; CASTILHO, Daniela Ribeiro. O trabalho do/a assistente social na política de assistência estudantil da UFPA: Desafios a efetivação do projeto ético-político profissional. In: CBAS, Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, de 30 de outubro a 3 de novembro de 2019, em Brasília (DF). – Brasília (DF): ABEPSS; CFESS; ENESSO; CRESS - DF, 2019. Disponível em: <<https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1865>> . Acesso em 25 de nov. de 2021.

